

ladas, ou 7,3% a 5,8% menor que as 58,62 milhões de toneladas do período anterior.

A abrupta subida nos custos de produção e a disponibilidade limitada de crédito, em especial na Região Centro-Oeste, explicam a menor safra prevista para grãos, fibras e cereais. ■

Safra 2008/09 II

Recursos para a comercialização

O GOVERNO decidiu quadruplicar os estoques oficiais de grãos, para ter um novo instrumento contra a alta do preço dos alimentos no mercado interno. A meta, constante do Plano de Safra Agrícola e Pecuário 2008/2009, é elevar os estoques de 1,5 milhão de toneladas para 6 milhões de toneladas em 2009.

O governo aposta na elevação da produção de alimentos para atravessar o atual período de agravamento da inflação mundial. O estoque total será o maior desde 2006, quando os armazéns públicos reuniam cerca de 4 milhões de toneladas de grãos. A grande parte do novo estoque será de milho. O produto é considerado como estratégico do ponto de vista do controle dos índices de inflação, já que o grão é matéria-prima da avicultura, suinocultura e da pecuária de corte e leite.

Para garantir a compra e a recomposição dos estoques, o governo realiza leilões para sinalizar aos agricultores o preço de venda de determinados produtos. Assim, o produtor terá mais segurança em relação aos preços. Normalmente, as cotações caem nos períodos de colheita. Além de recompor estoques, a medida visa a garantir a comercialização da safra a preços compatíveis com os custos de produção.

A falta de estoques públicos de grãos impediu que o governo interferisse de forma mais efetiva no mercado para frear a escalada dos preços dos alimentos este

ano. A Conab tinha em seus armazéns apenas 1,4 milhão de toneladas de arroz.

Para não provocar uma conjuntura negativa de baixa nos preços ao produtor durante o transcorrer da colheita, o plano da Conab é intervir na comercialização da safra a partir de fevereiro de 2009. A meta é aplicar R\$ 1,5 bilhão para retirar do mercado até 6,71 milhões de toneladas.

Safra 2008/09: recursos para a comercialização

Produto	Recursos (R\$ milhões)	Quantidade (t milhões)
Algodão	470,0	-
Arroz	180,0	1,50
Café	318,0	0,95
Feijão	5,0	0,10
Milho	353,0	2,66
Trigo	175,5	1,50
Total	1.501,5	6,71

Fonte: Conab

O governo também reservou R\$ 2,3 bilhões para promover a aquisição direta de 5,9 milhões de toneladas de vários produtos e garantir a recomposição dos estoques públicos de passagem, usados em épocas de combate à inflação.

Safra 2008/09: formação de estoques públicos

Produto	Recursos (R\$ milhões)	Quantidade (t milhões)
Arroz	825,5	1,650
Feijão	80,7	0,100
Milho	940,1	4,000
Trigo	50,3	0,135
Outros	403,4	0,0247
Total	2.300,0	5,9097

Fonte: Conab

Para safra 2008/09 o governo anunciou mais três medidas complementares;

- 1º Criação de uma linha de crédito no valor inicial de R\$ 1 bilhão para financiar a Cédula do Produto Rural (CPR);
- 2º Mais recursos para a Política de Garantia de Preço Mínimo (PGPM), orçada em R\$ 1,5 bilhão;

- 3º Facilitar o acesso aos recursos para o Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC), que são usados, principalmente, pelo setor exportador de soja e algodão.

A demanda pelo Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (Peppo) deve dobrar na temporada 2008/09. A marca deve chegar R\$ 3 bilhões, praticamente o dobro deste ano.

O setor produtivo pressiona o governo para assegurar, nos recursos no Orçamento Geral da União de 2009, os mecanismos de sustentação de preço e apoio à comercialização.

Apesar dos problemas de escassez de crédito por parte de *tradings* e fornecedores de insumos, o plano não contempla a sojicultura. Já no algodão, há atraso no recebimento da maior parte do Peppo relativo aos leilões realizados em abril e maio para o escoamento do grão. A sua comercialização ficou estagnada em função da crise. Sem cumprir os contratos, o produtor fica impossibilitado de conseguir o benefício do governo.

Outras medidas que fazem parte da análise são:

- Prorrogação, por até dois anos, de R\$ 1,2 bilhão em dívidas de investimento renegociadas e que venceram em outubro;
- Liberação de até R\$ 5 bilhões para o financiamento da safra.

Os recursos virão da nova revisão nas regras dos compulsórios. O governo estuda ainda possibilidade de direcionar os leilões de linhas de comércio exterior do Banco Central para as regiões mais prejudicadas pela falta de dinheiro externo para financiar o setor. Cerca de 75% da inadimplência da dívida que tinha que ser paga em outubro está concentrada entre Goiás e Mato Grosso.

Há também um assunto complexo para ser tratado. Recente portaria do Ministério do Meio Ambiente incluiu grande parte de Mato Grosso, do Tocantins e do Maranhão na zona de restrição de crédito. Para conseguir financiamento, os agricultores precisam se cadastrar e apresentar documento como a certidão de que a terra não tem problema ambiental. ■